



OCUPAÇÃO E RENDA DAS PESSOAS E FAMÍLIAS NO TERRITÓRIO DO MATOPIBA (2000 E 2010)

OCCUPATION AND INCOME OF PEOPLE AND FAMILIES IN THE TERRITORY OF
MATOPIBA (2000 AND 2010)

Clesio Marcelino de Jesus¹
Carlos Alves do Nascimento²

Apresentação Oral (Artigo Completo)

Grupo de Trabalho: GT07. Desenvolvimento rural, territorial e regional

RESUMO

O presente trabalho analisa o comportamento da ocupação e renda das pessoas e famílias no território do Matopiba entre 2000 e 2010, período de forte expansão agropecuária e transformações nesse espaço. Para tanto, foi realizada breve revisão do processo de expansão da atividade agropecuária nesse território. Também foram analisados os microdados dos Censos Demográficos do IBGE em 2000 e 2010 considerando diferentes tipos de famílias (a partir da ocupação de seus membros) residentes nas áreas urbanas e rurais do território do Matopiba. De maneira geral observou-se mudança estrutural nas formas de ocupação (nas atividades produtivas) e geração de renda das famílias e pessoas residentes nesse território – reproduzindo algumas diferenças entre o rural e o urbano.

Palavras-chave: Matopiba; atividades agropecuárias; atividades não agropecuárias; famílias rurais; pessoas rurais.

ABSTRACT

This paper analyzes the behavior of the occupation and income of people and families in the territory of Matopiba between 2000 and 2010, a period of strong agricultural expansion and transformations in this space. To this end, a brief review of the expansion process of agricultural activity in that territory was carried out. The microdata of the IBGE Demographic Censuses in 2000 and 2010 were also analyzed considering different types of families (according to the occupation of their members) residing in the urban and rural areas of the Matopiba territory. In general, there was structural change in the forms of occupation (in productive activities) and income of families in that territory – reproducing some differences between rural and urban.

Keywords: Matopiba; agricultural activities; non-agricultural activities; rural families; rural people.

¹ Doutor em Economia (IERI/UFU). Professor do IERI/UFU. E-mail: clesiomj@ufu.br

² Doutor em Economia Aplicada (UNICAMP). Professor do IERI/UFU. E-mail: carlos.nascimento@ufu.br



1. Introdução

Desde a década de 1970, o Cerrado brasileiro vem passando por grandes transformações em função da expansão da atividade agropecuária em direção à parte central do país. Num primeiro momento, fruto da política de modernização da agricultura brasileira, parte dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram incorporados à produção agropecuária que propiciou ao país aumento de sua produção. Mais recentemente, notadamente nas últimas duas décadas, uma nova fronteira agrícola vem sendo explorada no Brasil dentro do Cerrado brasileiro, um território com elevado potencial para exploração agropecuária denominado pela Embrapa de MATOPIBA – junção das iniciais de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.

Nesse território, cuja área total é de 73.173.485 hectares com grande potencial de produção, a expansão modernizante da agropecuária vem promovendo importantes transformações socioeconômicas e ambientais, impactando a estrutura produtiva, a paisagem e o meio ambiente, a população, a renda, o mercado de trabalho entre outras transformações. Merece destaque as transformações que as atividades agropecuárias e não agropecuárias vêm passando nesse processo.

É no contexto desse conjunto de transformações que buscaremos analisar as ocupações e rendas das famílias que vivem na região do Mapotiba. Esta análise encontra-se integrada à dinâmica mais geral do país das últimas décadas, período em que muitos autores³ apontam para o avanço de uma variedade de ocupações não agropecuárias entre os residentes rurais do país, assim como também registram a profusão de casos expressivos de famílias rurais não agropecuárias e pluriativas, demonstrando, entre outras questões, o avanço de um perfil cada vez mais não agropecuário (ocupações e rendas) da demografia da ocupação rural do país. Uma das explicações mais destacadas por esses autores para essa expansão da ocupação da população rural (e de suas famílias) em atividades não agropecuárias é justamente o fenômeno do aprofundamento da modernização das atividades agropecuárias (conformando as cadeias produtivas do agronegócio), que, de um lado, elevou a produtividade do trabalho agropecuário, e, de outro, liberou mão de obra das famílias rurais para se ocupar em outros setores da economia.

Diante dessas modificações, o presente estudo centrará a atenção na investigação da última década que é possível analisar, sobre o Matopiba, utilizando os microdados dos Censos Demográficos (2000 e 2010). Nossa hipótese de estudo é que, diante do avanço do agronegócio nessa região, assentado fortemente em técnicas produtivas intensivas em capital, espera-se encontrar resultados semelhantes aos apontados no parágrafo anterior (os quais estão registrados nos estudos dos autores supracitados).

Para alcançar esse objetivo, o artigo está estruturado em mais três seções, além desta introdução e das considerações finais expostas ao final do artigo. Na primeira seção, apresenta-se uma breve revisão da literatura sobre a expansão da nova fronteira agrícola no território do MATOPIBA. A metodologia para o estudo proposto está exposta na segunda seção. Os resultados do estudo empírico e a discussão dos mesmos constam na terceira seção.

³ Campanhola e Graziano da Silva [Orgs.] (2000a, 2000b), Souza (2000), Sacco dos Anjos (2003), Schneider (2003), Nascimento e Cardozo (2007), Ney e Hoffmann (2008), Balsadi (2009), Pereira (2010), Cardoso (2013), Sakamoto, Nascimento e Maia (2016).



2. A expansão das atividades agropecuárias no território do MATOPIBA e suas características

Desde a década de 1970, o Cerrado brasileiro vem passando por grandes transformações em função da expansão da atividade agropecuária em direção a parte central do país. Num primeiro momento, fruto da política que visava a modernização da agricultura brasileira, parte dos estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso foram incorporados à produção agropecuária, o que propiciou ao país aumento de sua produção (Ortega e Jesus, 2012). Entre as décadas de 1960 e 1980, um conjunto de políticas públicas (estaduais e, principalmente, do governo federal) – como a concessão de crédito subsidiado, a promoção de pesquisa agropecuária via Embrapa e apoio de órgãos estaduais, a extensão rural, os programas de assentamentos rurais (Prodecer, Polocentro, entre outros) e a ampliação de infraestrutura – levaram o país a aumentar a produção e a produtividade agropecuária.

Dados do Censo Agropecuário demonstraram que entre as safras de 1965/66 e a safra de 1984/85 o volume de produção de grãos quase triplicou, passando do patamar de 20 milhões de toneladas para 60 milhões de toneladas em todo o Brasil, com significativa participação do Cerrado. Ao mesmo tempo, ampliou-se as exportações de produtos agropecuários e houve a incorporação de “novas terras” ao processo produtivo, num processo denominado de modernização conservadora (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O processo de modernização veio acompanhado de maior tecnificação, com a adoção de uma série de inovações tecnológicas, dentre elas, destacam-se as inovações agrônômicas, biológicas, físico-químicas e mecânicas que, aliadas à evolução nos meios de transporte, no armazenamento, na comunicação e na comercialização, intensificaram e aceleraram o ritmo de valorização do capital aplicado à produção agropecuária (GRAZIANO DA SILVA, 1999; ORTEGA e JESUS, 2012: 55-64)

Para se ter uma noção da rápida modernização que foi implementada no país, Delgado (1985), analisa alguns dados do período e, um deles chama muito a atenção, que foi a rápida mecanização das atividades agrícolas, cujo estoque de Tratores passou de 61.345 em 1960 para 545.205 em 1980 no país. Enquanto a produção interna anual de tratores acompanhou tal ritmo crescimento, pois saltou de 37 em 1960 para 58.812 em 1980. Também cresceu a produção e consumo de fertilizantes e outros produtos químicos aplicados à produção agrícola. Dados que demonstram a evolução tecnológica na produção agropecuária no período, estimulada, em grande medida, pela concessão de crédito público.

Nesse processo, foi-se consolidando no Brasil os grandes Complexos Agroindustriais (CAIs), com destaque para os CAIs da soja, do milho, da cana de açúcar, de carnes entre outros e ocorreu integração dos capitais industrial, agrário e bancário. Acelerou o modo de produção capitalista na agricultura, com maior divisão (social) do trabalho e redução de sua demanda, ampliando a sazonalidade e o êxodo rural (GRAZIANO DA SILVA, 1999).

O desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira gerou modernização acompanhada de uma brutal concentração da produção e da renda e, concomitantemente, gerou miséria. Nesse processo, reduziu o papel da pequena produção no desenvolvimento capitalista da agricultura nacional, especialmente em relação ao grande circuito alimentar (GRAZIANO DA SILVA, 1999; DELGADO, 2012).

Para Coelho (2001, p. 31), “os resultados da nova política de estímulo à produção de grãos foram imediatos. Entre 1965 e 1985, ocorreu o grande salto na direção de uma nova economia agrícola, baseada na produção de grãos, na agroindústria a ela relacionada e, (...) na diversificação das exportações”. Como exemplo de sucesso, o autor aponta para o



crescimento da soja no país, “cuja produção, em 1965, era praticamente inexistente. Em 1970, atingiu mais de 1,5 milhão de toneladas e em 1985 passou para 18,30 milhões toneladas”.

Ainda segundo Coelho (2001, p. 31), “o aumento da produção de grãos foi obtido pela combinação da expansão da área plantada e da produtividade”. Ao mesmo tempo, o autor pontua que as culturas agroindustriais e exportáveis apresentaram melhores resultados que as culturas voltadas para o mercado interno, como é o caso do arroz e feijão.

É nesse contexto de expansão da atividade agropecuária, que mais uma vez o Cerrado brasileiro vem recebendo novos investimentos. A partir da década de 1990, uma *nova fronteira agrícola* vem sendo explorada no Brasil num ritmo forte e de modernização contínua, concentrando suas atividades no bioma cerrado brasileiro, um território com elevado potencial para exploração agropecuária denominado Matopiba⁴, que abarca quatro Estados (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Alguns estudos, como o de Bolfe *et al* (2016), apontam que foi na década de 1990 que se acelerou o processo de desmatamentos de extensas áreas no Matopiba para a produção de grãos.

O principal critério de delimitação territorial dessa “nova área” agrícola foi a existência de áreas de cerrados, mas não só, pois incorporou parte da Amazônia Legal e deixou de lado o bioma da caatinga, de acordo com a Portaria nº 244, de 12 de novembro de 2015, do MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento delimitou o território.

Esse recorte territorial reuniu 337 municípios distribuídos por 31 microrregiões geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) distribuídos da seguinte forma: Maranhão (135 municípios distribuídos em 15 microrregiões); Tocantins (139 municípios distribuídos em 8 microrregiões); Piauí (33 municípios distribuídos em 4 microrregiões) e Bahia (30 municípios distribuídos em 4 microrregiões), localizados na Figura 1. Deste modo, o recorte MATOPIBA abrange uma área de 73.173.485 hectares, 51% da área dos 4 Estados, dos quais 66 milhões de hectares pertencem ao bioma cerrado (EMBRAPA, 2017).

Dentre as principais características que estimula a expansão da produção agrícola no Matopiba estão o relevo, cuja existência de extensas áreas planas e em altitudes elevadas, favorecem a mecanização na atividade agrícola. Bolfe *et al* (2016) aponta que a região conta com 47,9% de áreas planas (até 3% de declividade) e 33,7% de áreas suavemente onduladas (de 3% a 8%). O clima é outro estímulo, pois possui duas estações climáticas bem definidas: seca, de maio a setembro, e chuvas, de outubro a abril, com precipitação média anual acima de 1.000 mm, de modo que possibilitam boa produção agrícola. Assim, é elevado o potencial de expansão para uma agricultura intensiva na região, em que aproximadamente 26 milhões de hectares ou 35% do total da área foi classificada como de boa e regular aptidão.

O resultado prático tem sido a expansão da produção agrícola na região. Bolfe *et al* (2016), analisando dados do IBGE, apontam que em dez anos (2004 a 2014), a produção de soja no Matopiba dobrou, passando de 4,3 milhões de toneladas, em 2004, para 8,6 milhões de toneladas, em 2014, cuja área colhida passou de 1,5 para 3,3 milhões de hectares. No mesmo período, a produção de milho mais que triplicou, passando de 1,7 para 5,3 milhões de toneladas, crescimento de 215%. Resultados que levaram os autores a afirmarem que essa “evolução só foi possível por causa das condições favoráveis às práticas agrícolas, disponibilidade de terras e políticas agrícolas”.

⁴ Junção das iniciais de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia cunhada pela Embrapa.

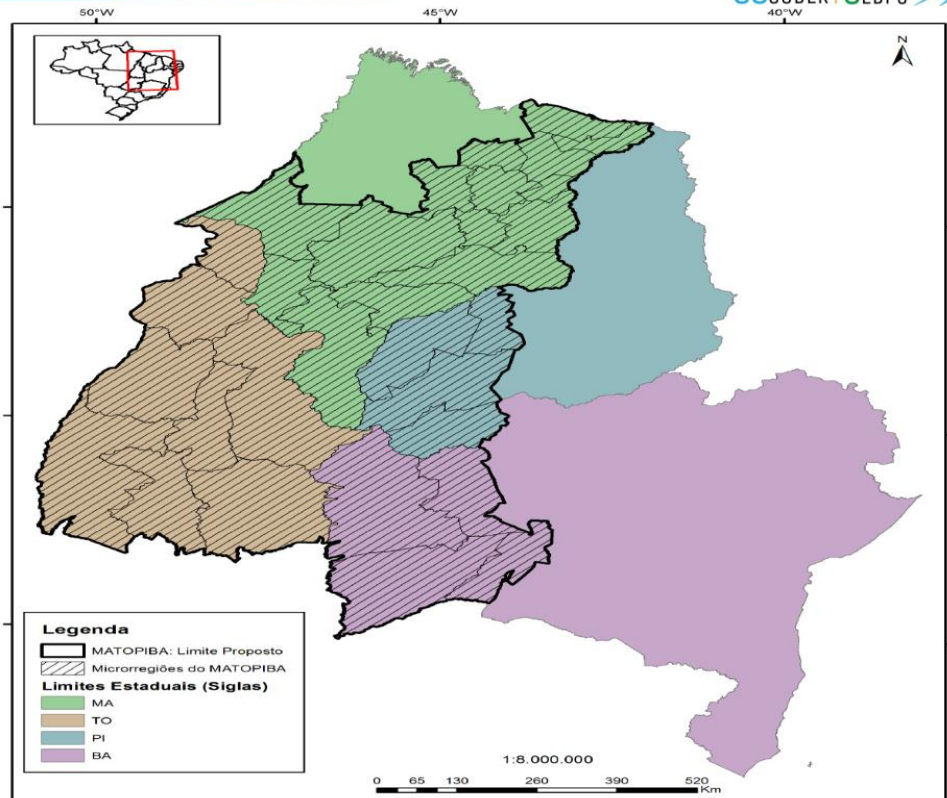


Figura 1 – Mapa representando as microrregiões do Matopiba

Fonte: geoweb-matopiba – Embrapa 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/documents/1355154/33560336/Mapa+Matopiba/6756ff22-1b7e-382a-d34d-e3fd5e3bcdf2?t=1588102179683>

Bolfe *et al.* (2016), utilizando diversos estudos, apontam que a expansão agrícola no Matopiba se deu ocupando áreas anteriormente utilizadas em pastagens, mas também apontam o desmatamento e a abertura de novas áreas para a produção agropecuária. O trabalho de Beuchle *et al.* (2015), utilizando imagens de satélites, aponta para as alterações no Cerrado entre 1990 e 2010, em que concluíram que 53% do bioma havia sido desmatado até 2010.

Neste sentido, o ritmo de expansão da atividade produtiva no território Matopiba é acelerado. Para Favareto (2019: 21) “[...] entre 2013 e 2015 foram subtraídos 18,9 mil km² da cobertura original do Cerrado, boa parte disto no Matopiba. Isso significa que, a cada dois meses, desapareceu o equivalente à área da cidade de São Paulo em vegetação nativa”. Essa expansão pode ser reafirmada nas estimativas de produção de grãos da Embrapa para o território, que apontou crescimento de 21,5% entre as safras de 2013/14 e 2023/24, passando de 18,6 milhões de toneladas de grãos para 22,6 milhões no período.

De um modo geral, a produção agropecuária no Matopiba vem impactando o território, seja a paisagem e meio ambiente, a população, a renda, o mercado de trabalho, os municípios, estados e o país, entre outros aspectos.

Em relação às características socioeconômicas considerando os 5,9 milhões de habitantes em 2010 do Matopiba, 42% da população residia no meio rural, enquanto no Brasil, em média, 15% residem nesse meio no mesmo ano. Esse é um território com vazio demográfico e elevado peso populacional no meio rural. Buainain *et al.* (2017) demonstram



que 114 municípios possuíam uma população urbana inferior a 50%. Os autores também apontam que o dinamismo populacional do Matopiba foi similar ao Nacional entre 1991 e 2010, mas no período 2000-2010, tanto a população urbana quanto a rural cresceram acima da média nacional. No caso da população rural, houve crescimento de 2%, enquanto a brasileira reduziu 6%. Outra característica da população no território é a concentração em pequenos municípios, dos 337 municípios no território, 259 possuem até 20 mil habitantes e 92 deles, registrou população inferior a 5 mil habitantes em 2010.

Considerando os estabelecimentos rurais, Bolfe *et al.* (2016) demonstram uma característica marcante do Matopiba que é a elevada concentração de renda em poucos estabelecimentos. Neste sentido, enquanto 80% dos estabelecimentos rurais obtêm renda em torno de dois salários-mínimos mensais e são responsáveis por somente 5% da renda bruta total dos estabelecimentos, apenas 0,5% dos estabelecimentos possuem renda superior a 200 salários-mínimos e são responsáveis por 60% da renda bruta total.

Buainain *et al.* (2017), ao analisarem o PIB do Matopiba, depararam-se com as seguintes peculiaridades: de um lado, em 2013, o PIB do Matopiba foi calculado em R\$ 73 bilhões, 1,4% do brasileiro e com elevada concentração em dez municípios que abarcavam 40% do PIB regional. Ao mesmo tempo, os autores apontaram para a grande desigualdade no PIB per capita, que em 2013 foi R\$ 12,4 mil para a região, equivalente a menos da metade do nacional (R\$ 27,9 mil). Para além da média, os próprios autores chamam a atenção para a péssima distribuição do PIB regional, o que implica em elevada desigualdade no PIB per capita, em que 110 municípios apresentaram PIB per capita inferior a R\$ 6,2 mil, enquanto nos municípios líderes da economia regional o PIB per capita ultrapassou os R\$ 50 mil.

Favareto *et al.* (2019), ao analisarem os municípios do Matopiba, apontam também para o fato de que existem mais pobreza e desigualdade do que bem-estar e riqueza no território. Nas suas conclusões, em relação aos impactos socioeconômicos, os autores apontam para a heterogeneidade no modelo implementado no Matopiba, pois, até o momento, beneficiou alguns municípios ricos que apresentam elevada produção e indicadores de bem-estar acima da média, mas o que prevalece são os municípios pobres, com indicadores frágeis, baixa produção e produtividade e baixos indicadores de bem-estar.

Essa constatação de heterogeneidade aliada ao processo de expansão e transformação da atividade agropecuária vem resultando em muitos impactos sobre a população local, um deles – que será o centro da investigação neste artigo – incide diretamente no mercado de trabalho, rural e urbano, dessa região, alterando nitidamente a composição dos seus diferentes tipos de famílias, segundo o ramo de atividade em que se ocupam, conforme será destacado na seção de resultados. Antes, porém, será apresentada a metodologia de classificação dos diferentes tipos familiares.

3. Metodologia

As análises realizadas na próxima seção foram organizadas de acordo com a classificação dos tipos e subtipos de famílias residentes nas áreas urbanas e rurais do território do MATOPIBA a partir da ocupação de seus membros. Primeiramente, as famílias foram classificadas de acordo com a posição na ocupação (empregadora, conta-própria,



trabalhadores empregados e não ocupados), conforme declaração dos seus membros relativa ao período de referência de cada Censo Demográfico – CD, do IBGE.⁵

A metodologia de construção dos tipos de famílias deixou de fora da classificação os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes dos empregados domésticos. Com isso, a unidade de análise adotada passou a ser as “famílias extensas”, que compreendem, para além da família nuclear, os parentes desta que vivem no mesmo domicílio (não obstante formem outro casal) e os agregados.⁶

As famílias extensas, de acordo com a posição de seus membros na ocupação, foram classificadas em quatro categorias:

- i) se um dos membros da família declarou ser empregador, a família foi classificada como tal (*família empregadora*), independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Procedeu-se dessa forma por se entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família;
- ii) na ausência de um empregador, a família foi classificada como de conta-própria (*família de contas-próprias*) se um dos membros ocupados produtivamente declarou-se como conta-própria, independentemente da posição na ocupação dos demais membros;
- iii) nos casos em que não há nem um empregador e nem um conta-própria, a família foi classificada como *família de empregados*, se pelo menos um dos seus membros declarou exercer, como empregado (assalariado ou não), uma atividade agropecuária ou não agropecuária na semana de referência do CD; e
- iv) no caso de nenhum dos membros da família ter-se declarado ocupado naquela semana, a família foi considerada como *família de não ocupados*.

Para cada posição na ocupação mencionada acima, as famílias extensas foram subdivididas de acordo com o ramo de atividade em que seus membros estavam envolvidos (agropecuária, não agropecuária e pluriativa), conforme os critérios delineados a seguir:

- i) as *famílias agropecuárias* são aquelas em que pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agropecuárias – e nenhum outro ocupado em atividades não agropecuárias – como sua ocupação principal na semana de referência da pesquisa;
- ii) foram consideradas *famílias não agropecuárias*, em contraste com os critérios anteriores, as que pelo menos um de seus membros exercia atividades não agropecuárias, e nenhum outro estava ocupado em atividades agropecuárias; e
- iii) classificou-se como *famílias pluriativas* aquelas em que pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agropecuária e pelo menos um outro exercia uma atividade não agropecuária.

Todo o trabalho de classificação dos diferentes tipos de famílias foi realizado a partir dos microdados dos dois CDs, através do *software* SPSS (*Statistical Package for Social Science*) e do uso do Excel. E no que diz respeito às análises das rendas familiares (e suas

⁵ A base de dados utilizada para a construção da tipologia aqui adotada é oriunda dos microdados dos CDs (2000 e 2010). As informações dessa pesquisa são obtidas pelos técnicos do IBGE tomando como período de referência para a coleta das informações o mês de julho de 2010 (CD2010) e o dia 1º de agosto de 2000 (CD2000).

⁶ Os critérios de agrupamento empregados seguem a metodologia utilizada originalmente nos trabalhos do Projeto RURBANO (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Os fundamentos teóricos dessa escolha metodológica, por seu turno, encontram-se sistematizados em Mattei (2007).



diferentes fontes), ressalta-se que elas foram corrigidas para julho de 2010, por meio do INPC, do IBGE.

A seleção dos dados envolveu todo o recorte territorial do Matopiba, compreendendo os 337 municípios divididos em 31 microrregiões geográficas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerando os estados do Maranhão (135 municípios distribuídos em 15 microrregiões); Tocantins (139 municípios distribuídos em 8 microrregiões); Piauí (33 municípios distribuídos em 4 microrregiões) e Bahia (30 municípios distribuídos em 4 microrregiões).

4. Resultados e Discussão

A Tabela 1 apresenta a evolução e a distribuição absoluta e percentual dos diferentes tipos familiares que estruturam as áreas urbanas e rurais do território Matopiba, nos anos 2000 e 2010. Pode-se observar nessa Tabela que o total geral de famílias cresceu, tanto no urbano (44,0%) como no rural (19,2%), na década que compreende aqueles dois anos. No período, as famílias com domicílio urbano passaram de 722 mil para 1,041 milhão, já as famílias com domicílio rural passaram de 425 mil para 507 mil. Tais dados demonstram que praticamente a metade das famílias ainda reside no rural (48,70%), indicando que a dinâmica territorial é fortemente rural, seja pelo percentual da população que vive nesse meio, seja pela expansão da atividade agropecuária, muito embora seja observado expansão das atividades não agropecuárias nesse meio.

Contudo, ao aprofundar a análise do comportamento das famílias no Matopiba, nota-se que esses crescimentos decorreram apenas do crescimento das famílias de empregados (agropecuários, pluriativos e não agropecuários), das famílias não agropecuárias (de contas-próprias, além das de empregados) e das famílias de não ocupados. As famílias de empregadores e o grupo da agricultura familiar (contas próprias agropecuárias e pluriativas) não contribuíram para aquele crescimento geral; pelo contrário, a contribuição desses últimos tipos familiares foi negativa (redução do número de famílias).

Como resultado das observações anteriores, a Tabela 1 registra que entre os dois anos analisados houve notória queda na participação relativa, particularmente das famílias de empregadores e da agricultura familiar no conjunto de todos os grupos familiares (no urbano e no rural). A participação do grupo familiar de empregadores já era pequena em 2000, caindo pela metade em 2010 (rural e praticamente também no urbano). No que respeita à agricultura familiar, embora fosse bastante expressiva sua participação relativa (40,0%) nas áreas rurais do território do Matopiba, em 2000, experimentou uma forte perda de participação, reduzindo-se pela metade, ao longo da década, atingindo 19,5% do total de famílias rurais, em 2010. Trajetória semelhante ocorreu com a agricultura familiar residente nas áreas urbanas do Matopiba.

No que respeita às ocupações vinculadas às atividades agropecuárias, essas informações todas podem estar apontando para uma possível concentração dessas atividades – e, por conseguinte, da propriedade da terra – nas famílias de empregadores e talvez também de contas-próprias (agricultura familiar).

No que diz respeito ao crescimento do número de famílias de *empregados* – que se destaca no urbano e no rural –, tal performance pode estar associada à expansão das atividades produtivas do agronegócio no Matopiba, cujos reflexos podem estar incidindo positivamente não apenas nas famílias de empregados agropecuárias e pluriativos, mas também – e mais expressivamente – nas famílias de empregados não agropecuários, demonstrando a integração entre as diversas atividades/setores (agropecuárias e não

agropecuárias), ambos, provavelmente, impactados pelo avanço do agronegócio nesse território.

Tabela 1: Evolução e distribuição absoluta e relativa (%) dos tipos de famílias no total geral de famílias, segundo o local de domicílio: MATOPIBA, 2000 e 2010.

TIPO DE FAMÍLIA	2000 (Nr Fam x 1.000)	2010 (Nr Fam x 1.000)	2010-2000 Var %	2000 (%)	2010 (%)	2010-2000 Var %
URBANO						
Empregadora	20	18	-10,7	2,8	1,7	-38,0
Agropecuária	1,3	0,8	-37,4	0,2	0,1	-56,5
Pluriativa	2,3	1,4	-39,6	0,3	0,1	-58,0
Não Agropecuária	17	16	-4,8	2,3	1,5	-33,9
Conta-Própria	241	268	11,3	33,4	25,8	-22,7
Agropecuária	38	27	-29,7	5,3	2,6	-51,2
Pluriativa	38	33	-11,9	5,2	3,2	-38,9
Não Agropecuária	165	208	26,1	22,8	20,0	-12,4
Empregados	338	546	61,3	46,8	52,4	12,0
Agropecuária	48	58	20,2	6,7	5,6	-16,5
Pluriativa	30	38	24,6	4,2	3,6	-13,5
Não Agropecuária	260	450	73,2	36,0	43,2	20,3
Não Ocupados	123	208	69,8	17,0	20,0	17,9
TOTAL	722	1041	44,0	100,0	100,0	
Agricultura familiar total	76	60	-20,9	10,5	5,8	-45,1
Agropecuária	38	27	-29,7	5,3	2,6	-51,2
Pluriativa	38	33	-11,9	5,2	3,2	-38,9
RURAL						
Empregadora	3,2	2,0	-37,1	0,8	0,4	-47,2
Agropecuária	1,5	0,8	-45,9	0,4	0,2	-54,6
Pluriativa	1,1	0,6	-51,0	0,3	0,1	-58,9
Não Agropecuária	0,6	0,7	10,0	0,1	0,1	-7,7
Conta-Própria	187	119	-36,5	44,1	23,5	-46,8
Agropecuária	133	65	-50,7	31,3	12,9	-58,6
Pluriativa	37	33	-10,0	8,7	6,6	-24,5
Não Agropecuária	17	20	14,7	4,1	4,0	-3,7
Empregados	166	224	34,7	39,1	44,2	13,0
Agropecuária	123	144	17,1	28,9	28,4	-1,7
Pluriativa	19	26	40,3	4,4	5,2	17,7
Não Agropecuária	25	54	117,4	5,8	10,7	82,4
Não Ocupados	68	162	137,0	16,1	32,0	98,8
TOTAL	425	507	19,2	100,0	100,0	
Agricultura familiar total	170	99	-41,8	40,0	19,5	-51,2
Agropecuária	133	65	-50,7	31,3	12,9	-58,6
Pluriativa	37	33	-10,0	8,7	6,6	-24,5
Agropecuária	257	210	-18,3	60,5	41,4	-31,5
Pluriativa	57	60	5,7	13,4	11,9	-11,3
Não Agropecuária	43	75	74,0	10,1	14,8	46,0
Não Ocupados	68	162	137,0	16,1	32,0	98,8

Fonte: Microdados Censo Demográfico/IBGE (2000 e 2010). Elaboração própria.

Como pode ser ainda observado na Tabela 1, o número de famílias urbanas de empregados na atividade agropecuária cresceu 20,2% entre 2000 e 2010, atingindo 58 mil famílias em 2010. Já as famílias pluriativas registraram crescimento de 24% no mesmo período, gerando ocupação para 38 mil famílias em 2010. Salto maior foi registrado para os empregados em atividades não agropecuárias (73,2%), atingindo 450 mil famílias em 2010. De outro lado, o comportamento das famílias rurais foi semelhante. O número de famílias rurais de empregados nas atividades agropecuárias cresceu 17,1% entre 2000 e 2010, chegando a 144 mil famílias em 2010, enquanto o contingente das famílias pluriativas cresceu 40,3% no período (26 mil famílias em 2010). Novamente, o salto maior se deu entre as famílias não agropecuárias (117,4%), atingindo 54 mil famílias em 2010. Situação que



evidência que a expansão das atividades agropecuárias vem impactando os diferentes setores da atividade econômica no Matopiba.

As últimas linhas da Tabela 1 registram os somatórios (e a posição relativa) de cada um dos subtipos das famílias *rurais* (das três posições na ocupação) – agropecuárias, pluriativas e não agropecuárias –, além de, para efeito de comparação, informar novamente os números das famílias de não ocupados. Esses dados mais agregados revelam que em uma década (de 2000 a 2010) as áreas rurais do território do Matopiba tornaram-se, do ponto de vista demográfico, menos agropecuárias (redução de 60,5% para 41,4%) e mais não agropecuárias (aumento de 10,1% para 14,8%), assim como também apenas local de moradia para as famílias de não ocupados (que dobrou sua participação relativa, de 16,1% para 32,0%). Caso mantenham-se essas tendências, o resultado esperado para as áreas rurais do território do Matopiba será o contraste, de um lado, do avanço das atividades do agronegócio e, do outro, um perfil demográfico cada vez mais não agropecuário. O que sugere a concentração – em um número menor de famílias – da atividade agropecuária que está em expansão no território.

Ainda uma última consideração acerca do expressivo aumento do número de famílias de não ocupados no período em questão. Esse aumento resultou em considerável ganho de participação relativa desse tipo familiar na totalidade das famílias, tanto nas áreas urbanas quanto no meio rural. Esse fenômeno poderia estar evidenciando algum efeito colateral negativo da expansão do agronegócio? Será que parte da agricultura familiar que abandonou suas atividades produtivas teria se tornado simplesmente famílias de não ocupados? Uma questão relevante, é considerarmos a importância das aposentadorias rurais, que pode ter permitido a uma parte dessas famílias deixarem a ocupação agrícola. O que também pode ter ligação como o comportamento dos Agricultores Familiares.

Outro comportamento que também nos chama a atenção nos dados da Tabela 1, é a redução do contingente da agricultura familiar no Matopiba, que diminuiu em 41,8% entre 2000 e 2010, ou seja, foram eliminados 71 mil famílias dessa condição, cuja queda mais expressiva ocorreu nas famílias com produção agropecuária (50,7%), passando de 133 mil famílias (2000), para 65 mil famílias (2010). Nas famílias pluriativas a queda foi menos expressiva (10%), passando de 37 mil famílias (2000), para 33 mil famílias (2010). Essa queda de participação das famílias de agricultores familiares no Matopiba pode estar ligada à dinâmica agropecuária imposta, pois, de um lado, os novos produtores ao chegarem à região estão absorvendo as pequenas propriedades (via aquisição) – dados do Censo Agropecuário confirmam essa redução; de outro lado, a ampliação da produção ligada às cadeias produtivas do agronegócio pode estar absorvendo parte desses agricultores como empregados, sejam eles na produção agropecuária ou mesmo nas atividades não agropecuárias.

A Tabela 2, por sua vez, registra a evolução da população (pessoas) economicamente ativa – PEA ocupada nas atividades agropecuárias dentro de cada grupo de famílias. Pode-se ver que os dados apresentados nessa Tabela são bastante semelhantes ao que foi analisado anteriormente sobre a trajetória dos diferentes tipos de famílias (Tabela 1). Ou seja, redução da PEA ocupada na agropecuária pertencente às famílias de empregadores (33,6%, urbana e, 44,4%, rural) e de contas próprias (agricultura familiar) – 19,2%, urbana e, 41,6%, rural –, ao mesmo tempo em que se verificou o aumento da PEA agropecuária no conjunto das famílias de empregados urbanos (23,2%) e rurais (21%).

Em virtude do destaque do aumento da PEA agropecuária exclusivamente dentro das famílias de empregados, a Tabela 2 também mostra como se compõem as diferentes posições na ocupação dessa PEA no interior desse tipo familiar. A desagregação dessa informação



permite revelar que cresceu fortemente o número de empregados com carteira de trabalho, comparativamente aos empregados sem carteira tanto para as famílias urbanas como as rurais. Entretanto, os empregados sem carteira ainda representavam um contingente expressivo (e majoritário) e que também crescem, o que pode indicar que parte da expansão do agronegócio gerou emprego sem formalização, na década analisada.

Tabela 2: Evolução do número de *pessoas* ocupadas na *agropecuária*, segundo os tipos de famílias extensas e o local de domicílio: MATOPIBA, 2000 e 2010. (Nr Pessoas x 1000)

TIPO DE FAMÍLIA	2000 (Nr Pes. x 1.000)	2010 (Nr Pes. x 1.000)	2010-2000 Var %
URBANO			
Empregadora	4,3	2,8	-33,6
Agropecuária	1,4	1,1	-26,2
Pluriativa	2,8	1,8	-37,3
Conta-Própria	109	88	-19,2
Agropecuária	55	41	-25,0
Pluriativa	54	47	-13,3
Empregados	105	130	23,2
Agropecuária	66	83	25,5
Empregado com carteira	6	14	144,0
Empregado sem carteira	24	27	11,4
Não remunerados	6	1	-78,9
Autoconsumo	31	42	34,1
Pluriativa	39	47	19,3
Empregado com carteira	4	10	179,0
Empregado sem carteira	17	16	-5,5
Não remunerados	3	1	-75,4
Autoconsumo	15	19	29,1
TOTAL	219	221	1,0
RURAL			
Empregadora	4,7	2,6	-44,4
Agropecuária	2,4	1,6	-34,8
Pluriativa	2,3	1,0	-54,4
Conta-Própria	326	190	-41,6
Agropecuária	249	122	-50,9
Pluriativa	77	68	-11,2
Empregados	237	287	21,0
Agropecuária	206	248	20,3
Empregado com carteira	8	20	138,9
Empregado sem carteira	46	55	19,7
Não remunerados	30	10	-66,3
Autoconsumo	121	163	34,2
Pluriativa	31	39	25,3
Empregado com carteira	2	4	143,2
Empregado sem carteira	8	12	47,7
Não remunerados	5	3	-37,9
Autoconsumo	17	20	22,6
TOTAL	568	480	-15,5

Fonte: Microdados Censo Demográfico/IBGE (2000 e 2010). Elaboração própria.

Em contraste com a observação anterior, cabe notar a redução dos contingentes de trabalhadores não remunerados, evidência que pode estar revelando uma melhora na qualidade dos empregos gerados pelo agronegócio, no período 2000 a 2010. Porém, por outro lado, observa-se também o forte peso (e crescimento) do grupo de trabalhadores ocupados em atividades voltadas para o autoconsumo – e, nesse caso, o crescimento, em termos absolutos, é maior do que a redução dos trabalhadores não remunerados, observação que, somado à informação anterior de persistência do aumento dos empregados informais (sem carteira), em boa medida, contrabalança o crescimento do emprego formal (com carteira).

O saldo demográfico total da PEA agropecuária foi negativo, com perda de 86 mil pessoas ocupadas nas atividades agropecuárias (somatório de residentes urbanos e rurais),



entre 2000 e 2010 (Tabela 2), o que pode estar relacionado à expansão do agronegócio acompanhado pela adoção de técnicas produtivas mais intensivas em capital e de menor absorção de mão de obra agropecuária. Entretanto, do ponto de vista das atividades não agropecuárias, o registro é o inverso, ou seja, aumento expressivo da PEA não agropecuária – mais notoriamente entre as famílias de empregados – tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais, no mesmo período (Tabela 3), o que, mais uma vez, evidencia o possível impacto positivo da expansão do agronegócio em setores econômicos diferentes presentes no território do Matopiba.

Ou seja, outras atividades de suporte ao agronegócio no Matopiba podem estar gerando parte das ocupações (e rendas), como o comércio, as indústrias e os serviços. Assim como também podem estar, indiretamente – à medida que as rendas geradas naquelas atividades se elevam (Tabelas 4 e 5) –, estimulando atividades não agropecuárias não diretamente ligadas às atividades do agronegócio (serviços de saúde, educação, construção civil, supermercados, etc).

Tabela 3: Evolução dos ocupados nas atividades *não agropecuárias*, segundo os tipos de famílias extensas e o local de domicílio: MATOPIBA, 2000 e 2010. (Nr Pessoas x 1000)

TIPO DE FAMÍLIA	2000 (Nr Pes. x 1.000)	2010 (Nr Pes. x 1.000)	2010-2000 Var %
URBANO			
Empregadora	38	37	-1,9
Pluriativa	3,8	2,1	-43,4
Não Agropecuária	34	35	2,7
Conta-Própria	58	51	-11,8
Pluriativa	58	51	-11,8
Não Agropecuária	299	407	36,2
Empregados	432	761	75,9
Pluriativa	44	54	22,2
Não Agropecuária	388	707	82,0
TOTAL	527	848	60,8
RURAL			
Empregadora	2,4	1,9	-21,2
Pluriativa	1,3	0,6	-53,7
Não Agropecuária	1,1	1,3	16,7
Conta-Própria	63	68	8,0
Pluriativa	38	33	-13,0
Não Agropecuária	26	36	38,9
Empregados	54	107	95,7
Pluriativa	23	33	42,2
Não Agropecuária	31	74	135,4
TOTAL	120	177	47,1

Fonte: Microdados Censo Demográfico/IBGE (2000 e 2010). Elaboração própria.

As Tabelas 4 e 5 mostram as rendas médias das famílias e a composição das mesmas de acordo com as fontes do trabalho (agropecuária e não agropecuária) e as fontes do não trabalho (aposentadorias/pensões e outras rendas: financeiras, aluguéis, transferências oficiais, etc.). Comparando essas duas Tabelas, pode-se ver que as rendas médias de todos os tipos familiares se elevaram de 2000 para 2010. Pode-se observar também que os dois grupos familiares cujos contingentes foram os que mais cresceram (famílias de empregados e de não ocupados), em termos absolutos e relativos, conforme visto anteriormente, são, a despeito disso, os que exibem as menores rendas médias.

Tabela 4: Composição das Rendas Médias dos tipos de famílias: MATOPIBA, 2000 (Em R\$ jul/2010).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGROPEC. %	NÃO-AGRO %	APOS/PENS %	OUT_FONTES %	2000 R\$
URBANO	8,3	73,4	12,6	5,7	1.196,41
Empregadora	11,4	81,1	2,7	4,8	6.761,10
Agropecuária	92,9	0,0	3,9	3,2	7.344,87
Pluriativa	42,0	44,8	5,4	7,9	7.221,28
Não Agropecuária	0,0	93,3	2,2	4,5	6.653,64
Conta-Própria	10,7	76,9	8,3	4,1	1.346,72
Agropecuária	75,5	0,0	20,2	4,3	593,48
Pluriativa	38,6	47,3	10,6	3,5	1.205,00
Não Agropecuária	0,0	89,0	6,8	4,2	1.554,17
Empregados	6,0	77,7	10,9	5,4	1.042,35
Agropecuária	60,7	0,0	31,2	8,1	406,13
Pluriativa	30,4	49,8	12,9	6,9	987,66
Não Agropecuária	0,0	85,4	9,4	5,1	1.166,96
Não ocupados	0,0	0,0	79,5	20,5	409,28
RURAL	43,8	25,0	23,6	7,6	484,53
Empregadora	50,9	42,1	3,9	3,0	4.415,52
Agropecuária	93,6	0,0	4,2	2,1	3.818,53
Pluriativa	61,5	27,1	6,2	5,2	2.786,46
Não Agropecuária	0,0	94,9	2,3	2,8	8.877,55
Conta-Própria	57,4	23,4	15,0	4,2	560,45
Agropecuária	76,8	0,0	18,8	4,4	433,62
Pluriativa	50,5	35,4	11,1	2,9	856,03
Não Agropecuária	0,0	85,2	8,6	6,2	897,56
Empregados	34,5	31,9	23,3	10,3	394,90
Agropecuária	54,1	0,0	32,7	13,1	289,18
Pluriativa	27,2	52,1	12,3	8,3	681,74
Não Agropecuária	0,0	82,0	12,0	6,0	701,55
Não ocupados	0,0	0,0	80,7	19,3	307,98

Fonte: Microdados Censo Demográfico/IBGE (2000 e 2010). Elaboração própria.

Continuando com a análise comparada das Tabelas 4 e 5, é interessante observar ainda que em praticamente quase todos os tipos familiares houve um aumento do peso das rendas do não trabalho na composição das rendas médias familiares – com a diferença marcante das famílias de empregadores que, a despeito do referido aumento, ainda predomina nesse grupo familiar altíssima participação relativa das rendas do trabalho. Diferentemente, a renda média das famílias de empregados e da agricultura familiar (famílias de contas-próprias agropecuárias e pluriativas) parece que está cada vez mais dependendo das rendas do não trabalho.

Tabela 5: Composição das Rendas Médias dos tipos de famílias: MATOPIBA, 2010 (Em R\$ jul/2010).

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	AGROPEC. %	NÃO-AGRO %	APOS/PENS %	OUT_FONTES %	2010 R\$
URBANO	5,3	69,5	15,0	10,3	1.673,94
Empregadora	7,9	81,3	4,0	6,9	7.625,66
Agropecuária	88,7	0,0	5,4	5,9	7.672,01
Pluriativa	47,1	43,5	4,2	5,2	8.349,57
Não Agropecuária	0,0	89,1	3,9	7,1	7.560,37
Conta-Própria	7,8	74,8	10,1	7,4	2.182,42
Agropecuária	66,8	0,0	21,8	11,4	1.159,04
Pluriativa	34,5	42,3	12,7	10,5	2.136,90
Não Agropecuária	0,0	84,4	9,0	6,7	2.322,13
Empregados	4,1	74,7	11,2	10,0	1.619,66
Agropecuária	41,6	0,0	31,5	26,8	826,77
Pluriativa	26,8	50,3	13,9	9,0	1.628,47
Não Agropecuária	0,0	81,3	9,8	9,0	1.721,19
Não ocupados	0,0	0,0	71,8	28,2	646,10
RURAL	24,1	25,4	35,2	15,2	721,04
Empregadora	53,9	35,2	6,6	4,3	4.961,53
Agropecuária	90,6	0,0	5,7	3,7	5.825,29
Pluriativa	53,8	27,6	10,8	7,9	3.958,87
Não Agropecuária	0,0	92,1	5,0	2,9	4.749,37
Conta-Própria	41,2	26,8	20,2	11,9	1.008,38
Agropecuária	61,5	0,0	25,0	13,5	810,83
Pluriativa	40,3	30,6	18,0	11,1	1.242,90
Não Agropecuária	0,0	76,7	13,6	9,6	1.263,47
Empregados	21,1	36,1	27,8	15,0	707,99
Agropecuária	38,0	0,0	40,7	21,2	504,67
Pluriativa	21,1	50,2	17,6	11,2	1.057,53
Não Agropecuária	0,0	74,4	16,7	9,0	1.079,56
Não ocupados	0,0	0,0	77,6	22,4	474,70

Fonte: Microdados Censo Demográfico/IBGE (2000 e 2010). Elaboração própria.

Uma análise circunscrita à renda média familiar oriunda das atividades da *agropecuária*, no território do Matopiba (urbano e rural), entre 2000 e 2010, mostra que as maiores rendas médias são das famílias residentes nas áreas urbanas, comparativamente às famílias rurais (de qualquer um dos tipos familiares), como pode ser visto na Tabela 6. Além disso, pode-se notar também nessa Tabela que, de forma generalizada, nos diferentes grupos familiares ocorreu uma elevação de suas rendas médias agropecuárias. Porém, observa-se que os aumentos – não somente a renda média em si – foram nitidamente maiores entre as famílias residentes nas áreas urbanas – com a única exceção das famílias de *empregadores* agropecuárias – comparativamente às famílias residentes no meio rural. Essas observações parecem sugerir uma distinção entre os pares de grupos familiares (urbanos e rurais), ou seja, no sentido de que uma renda mais alta pode estar favorecendo a residência urbana. Pode ser também que os ocupados na atividade agropecuária (particularmente contas próprias e empregados) mais qualificados para a atividade podem estar se apropriando de uma renda relativamente maior, em relação a seus pares com menor qualificação, que lhes possibilita a residência urbana. Conjecturas como essas deverão ser abordadas em estudos posteriores.

Tabela 6: Evolução da renda média *agropecuária* dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio: MATOPIBA, 2000 e 2010. (Em R\$ jul/2010)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2000 (R\$)	2010 (R\$)	2010-2000 Var %
URBANO			
Empregadora	4760,7	5363,3	12,7
Agropecuária	6826,8	6804,1	-0,3
Pluriativa	3455,3	4431,0	28,2
Conta-Própria	492,3	820,2	66,6
Agropecuária	448,2	774,3	72,8
Pluriativa	544,7	863,6	58,6
Empregados	490,2	746,6	52,3
Agropecuária	474,0	714,1	50,7
Pluriativa	513,2	790,3	54,0
TOTAL	611,2	872,7	42,8
RURAL			
Empregadora	2908,2	4140,7	42,4
Agropecuária	3575,4	5276,7	47,6
Pluriativa	1918,8	2327,3	21,3
Conta-Própria	364,1	515,1	41,5
Agropecuária	332,9	498,4	49,7
Pluriativa	491,4	551,3	12,2
Empregados	430,0	593,6	38,0
Agropecuária	424,1	593,4	39,9
Pluriativa	465,5	594,2	27,7
TOTAL	408,7	575,0	40,7

Fonte: Microdados Censo Demográfico/IBGE (2000 e 2010). Elaboração própria.

Assim como as rendas médias das atividades agropecuárias registraram expressivas variações positivas, no período estudado, também as rendas médias geradas pelas atividades não agropecuárias experimentaram significativos aumentos – única exceção é a das famílias de empregadores rurais não agropecuários que registraram uma variação negativa na década (Tabela 7). Contudo, semelhante às rendas médias agropecuárias, as rendas médias não agropecuárias das famílias residentes nas áreas urbanas são todas maiores que as rendas de suas famílias congêneres residentes nas áreas rurais. Essas informações constatarem que ainda permanece uma desigualdade de rendas entre os residentes no urbano e no rural, a favor dos primeiros.

Tabela 7: Evolução da renda média *não agropecuária* dos tipos de famílias, segundo o local de domicílio: MATOPIBA, 2000 e 2010. (Em R\$ jul/2010)

LOCAL DOMICÍLIO / TIPO DE FAMÍLIA	2000 (R\$)	2010 (R\$)	2010-2000 Var %
URBANO			
Empregadora	5875,9	6531,9	11,2
Pluriativa	3370,7	3994,7	18,5
Não Agropecuária	6205,3	6732,6	8,5
Conta-Própria	1242,6	1834,9	47,7
Pluriativa	599,9	987,9	64,7
Não Agropecuária	1382,7	1959,0	41,7
Empregados	949,5	1364,8	43,7
Pluriativa	500,6	841,9	68,2
Não Agropecuária	1001,1	1407,7	40,6
TOTAL	1248,1	1636,2	31,1
RURAL			
Empregadora	4229,9	3460,9	-18,2
Pluriativa	1055,0	1713,6	62,4
Não Agropecuária	8427,7	4375,8	-48,1
Conta-Própria	533,1	774,0	45,2
Pluriativa	392,0	591,1	50,8
Não Agropecuária	764,3	969,5	26,8
Empregados	496,6	771,6	55,4
Pluriativa	375,8	609,3	62,2
Não Agropecuária	583,6	843,5	44,5
TOTAL	574,6	796,1	38,6

Fonte: Microdados Censo Demográfico/IBGE (2000 e 2010). Elaboração própria.



5. Considerações Finais

Foi enfatizado que o território Matopiba passou e vem passando por transformações significativas na produção agropecuária, com expansão dessa atividade promovendo impactos em toda a sociedade. Uma característica marcante desse processo é a heterogeneidade em termos socioeconômicos e na dinâmica de ocupação das famílias locais.

Considerando os dados dos Censos Populacionais de 2000 e 2010, pôde-se observar que o total geral de famílias do território do Matopiba cresceu no período (urbano e rural). As famílias com domicílio urbano passaram de 722 mil para 1,041 milhão, já as famílias com domicílio rural passaram de 425 mil para 507 mil. Contudo, nota-se que houve crescimento das famílias de empregados (agropecuários, pluriativos e não agropecuários), das famílias não agropecuárias (de contas-próprias, além das de empregados) e das famílias de não ocupados. Já as famílias de empregadores e o grupo da agricultura familiar (contas próprias agropecuárias e pluriativas) apresentaram redução.

Essa constatação evidencia que a forte expansão das atividades agropecuárias vem impactando os diferentes setores da atividade econômica no Matopiba. No caso da agricultura familiar, a dinâmica agropecuária imposta parece fazer com que os novos produtores ao chegarem à região se apropriem das pequenas propriedades (via aquisição) e, subsequentemente, a ampliação da produção ligada às cadeias produtivas do agronegócio pode estar absorvendo parte desses agricultores familiares como empregados, seja na produção agropecuária ou mesmo nas atividades não agropecuárias em função da expansão de diferentes setores econômicos presentes no território do Matopiba – ou até mesmo tornando parte desses pequenos produtores em famílias de não ocupados (conforme destacamos também o expressivo crescimento desse tipo familiar). Assim, outras atividades de suporte ao agronegócio no Matopiba podem estar gerando parte das ocupações (e rendas), como o comércio, as indústrias e os serviços.

Em função dessas observações gerais (e de todas as demais expostas ao longo da seção anterior), derivadas das informações levantadas a partir dos microdados dos Censos Demográficos, é que conjecturamos – para aprofundamento em estudos futuros – acerca de uma possível tendência de concentração – em um número menor de famílias – das atividades agropecuárias que estão em expansão no território do Matopiba. Em decorrência dessa tendência, cabe investigar (como efeito colateral daquela expansão) se parte da agricultura familiar que abandonou suas atividades produtivas teria se tornado simplesmente famílias de não ocupados (ou ocupados apenas para o autoconsumo)?

Outra proposição a ser investigada em estudos posteriores diz respeito à observação das diferenças de renda entre os mesmos tipos familiares residentes nos espaços urbanos e rurais do território, no sentido, por exemplo, de verificar se as famílias de trabalhadores mais qualificados (com maiores rendas) tendem a residir nas áreas urbanas, enquanto as famílias de trabalhadores menos qualificados (com menores rendas) permaneçam no meio rural, conservando a desigualdade entre o rural e o urbano.

Por fim, esperamos que em breve possa ser realizado o novo Censo Demográfico para que possamos atualizar os dados aqui apresentados e podermos verificar se as mudanças reveladas neste trabalho persistiram ou não na década seguinte (e quais eventuais outras alterações possam ter ocorrido).



6. Referências Bibliográficas

- BALSADI, O. V. Agricultura familiar e pluriatividade no Centro-Oeste. *Revista de Política Agrícola*, v. XVIII, p. 98-117, 2009
- BEUCHLE, R.; GRECCHI, R. C.; SHIMABUKURO, Y. E.; SELIGER, R.; EVA, H. D.; SANO, E.; ACHARD, F. Land cover changes in the Brazilian Cerrado and Caatinga biomes from 1990 to 2010 based on a systematic remote sensing sampling approach. *Applied Geography*, v. 58, p. 116-127, Mar. 2015.
- BOLFE, E. L.; VICTÓRIA, D. C.; COMTINI, E.; BAYMA-SILVA, G.; SPINELLI-ARAÚJO, L.; GOMES, D. MATOPIBA EM CRESCIMENTO AGRÍCOLA: Aspectos territoriais e socioeconômicos. *Revista de Política Agrícola*. Ano XXV – No 4 – Out./Nov./Dez. 2016
- BUAINAIN, Antônio Márcio; GARCIA, Junior Ruiz; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. *Dinâmica da economia e da agropecuária no Matopiba*. IPEA: Texto para Discussão 2283, 2017
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000a.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: uma análise estadual – Nordeste*. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000b. p. 13-44.
- CARDOSO, J. G. *Pluriatividade e políticas públicas na região Nordeste e Sul do Brasil nos anos 1990 e 2000: trajetórias e desafios*. Uberlândia, MG: IEUFU, 2013 (Tese de Doutorado).
- COELHO, C. N. 70 Anos de Política Agrícola no Brasil (1931-2001). *Revista de Política Agrícola*. Ano X – N 03 Jul-Set, 2001.
- DELGADO, G. (2012). *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- DELGADO, G. *Capital Financeiro e Agricultura no Brasil*. ICONE/UNICAMP, São Paulo, 1985.
- FAVARETO, A. (Org.) *Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado*. São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.
- GRAZIANO da SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.
- JESUS, C. M. *A terceirização na agricultura do cerrado mineiro: a mecanização da colheita do café*. IE/UFU. Uberlândia: 2003. (Monografia de conclusão de curso).
- NASCIMENTO, C. A. Pluriatividade, Pobreza Rural e Serviço Doméstico Remunerado. *Revista Economia e Sociologia Rural*, v. 42, n. 2, p. 341-64, abr./jun. 2004.
- NASCIMENTO, C. A.; CARDOZO, S. A. Redes Urbanas Regionais e a Pluriatividade das Famílias Rurais no Nordeste e no Sul do Brasil, 1992-1999 e 2001-2005. *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, p. 637-658, 2007.
- NEY, M. G.; HOFFMANN, R. A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural. *Econ. Apl.* vol.12 no.3 Ribeirão Preto July/Sept. 2008.



ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. Café e Território. A cafeicultura no Cerrado Mineiro. 1. ed. Campinas: Editora Alínea, v. 1, 246p, 2012.

PEREIRA, V. S. N. Atividades agrícolas e não-agrícolas no meio rural do estado do Rio de Janeiro. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2010 (Tese de Doutorado).

SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUPEL, 2003.

SAKAMOTO, C. S.; NASCIMENTO, C. A.; MAIA, A. G. As Famílias Pluriativas e Não Agrícolas no Rural Brasileiro: condicionantes e diferenciais de renda. Revista de Economia e Sociologia Rural, 54(3), 2016, 561-582.

SCHNEIDER, S. Rurbanização e pluriatividade: o mercado de trabalho não-agrícola e a pluriatividade das famílias em áreas rurais. In: CARVALHO, F; GOMES, M. M.; LÍRIO, V.S. (Org.). Desigualdades sociais: pobreza, desemprego e questão agrária. Viçosa, 2003.

SOUZA, M. Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no estado do Paraná. Campinas, SP: Unicamp/FEAGRI, 2000 (Tese de Doutorado).